

22 DEZ 1986

Igreja terá voz na Constituinte

CORREIO BRAZILIENSE

Será o maior partido, mesmo sem ter eleito nenhum parlamentar

JOÃO CARLOS HENRIQUES
Da Editoria de Política

O maior partido político do mundo está se preparando para a Assembleia Nacional Constituinte. Quem pensou no PMDB está enganado. É um partido sem parlamentares eleitos diretamente pela sua legenda, mas que será apalado por políticos de diversas agremiações partidárias. Trata-se da Igreja Católica que, através da sigla CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), acompanhará de perto, com uma comissão, os trabalhos da Constituinte e terá como porta-vozes "todos os constituintes que são cristãos verdadeiros e não de nome e tradição", afirmou o vice-presidente da CNBB, Dom Benedito Uíhoa.

Dom Benedito acredita que os constituintes cristãos "serão lá dentro o eco da voz da Igreja". Já o presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, afirma que a Constituinte "não terá nenhum porta-voz da Igreja", mas espera que "todos aceitem os postulados da sua Igreja". Precavido, Dom Ivo prefere aguardar um pouco: "Vamos ver como os constituintes vão se comportar".

Com ou sem porta-vozes, o fato é que a Igreja está muito interessada nos rumos que o Brasil vai tomar a partir da elaboração de sua nova Constituição. Através de um livro de 52 páginas, intitulado "Por Uma Nova Ordem Constitucional", ditado pela CNBB, a Igreja defende que "um novo regime não pode funcionar com uma velha Constituição que, ademais, é somente uma Emenda Constitucional, imposta em 1969 pela Junta Militar, então no poder".

Na opinião da Igreja, a nova Constituição "deverá inverter a posição tradicional, que dá ao Estado toda a primazia da iniciativa social. A sociedade deverá ganhar a condição de sujeito coletivo da transformação social, conquistando instrumentos de exercício de uma democracia que lhe permita organizar e controlar a ação do Estado, colocando-o a seu serviço".

A Igreja prega que os cristãos, durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, verifiquem se "os eleitos es-

tão sendo fiéis aos compromissos assumidos e coerentes com as opções dos que os elegeram". Portanto, será "indispensável acompanhar, fiscalizar, oferecer novas contribuições e até mesmo pressionar" os constituintes.

O fato de a Constituinte não ter sido eleita exclusivamente para esta função, já que é congressual, não importa muito aos bispos da CNBB. "Estamos agora diante de um fato consumado e o importante é que seja dada prioridade à redação da Constituição e se assegure a maior participação de vários segmentos da sociedade", afirmou o secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida. "Somos realistas. A nós interessa que sejam defendidos os interesses do povo", disse Dom Ivo Lorscheiter.

Dom Luciano espera que a Assembleia Nacional Constituinte responda "às justas aspirações do povo para a consolidação da democracia e da justiça social". Ele deseja que seja reconhecida a "prioridade da sociedade sobre o Estado e a da dignidade da pessoa humana sobre o capital, assegurando uma escala de valores em que a dimensão econômica esteja submetida às exigências sociais".

Dom Ivo quer dos constituintes "um trabalho moderno e ágil". Já Dom Benedito, o vice-presidente da CNBB, entende que "não compete à Igreja tutelar o constituinte e sim apontar caminhos e estimular o povo para que acompanhe e defenda seus próprios interesses".

Para Dom Benedito, as prioridades da Igreja na Assembleia Constituinte são: família, reforma agrária, trabalho sobre o capital e o direito à vida (leia-se: posição contra o aborto). Dom Benedito explicou que "há 20 séculos a Igreja é a favor da vida e contra o aborto e vai continuar defendendo a vida até quando acabar o mundo".

COMISSÃO

Logo após o Natal será designada uma Comissão na CNBB que vai "acompanhar de perto" os trabalhos da Constituinte, além de manter informados os Regionais, dioceses e organismos da Igreja, bem como

oferecer assessoria aos constituintes identificados com os princípios da Igreja. Por outro lado já está em funcionamento a Comissão de Assessoramento do Processo da Constituinte, que trabalha acompanhando e estudando todas as propostas.

A avaliação do posicionamento dos candidatos eleitos foi decidida na última reunião do Conselho Permanente da CNBB, no final de novembro, com o objetivo "de se saber qual sua identificação com as propostas da Igreja e a possibilidade de cooperação com as mesmas".

Com todas essas comissões, estudos e avaliações, a Igreja quer "contribuir para uma sociedade justa e fraterna". "Segundo o papa João Paulo II, a Igreja não propõe um modelo político ou econômico concreto, mas indica o caminho, apresenta princípios. "Por isso o livro "Por Uma Nova Ordem Constitucional" é genérico. Em sua introdução a Igreja esclarece que "não é função nossa, como Pastores, apresentar pormenores técnicos para a formulação da Constituição".

No capítulo que trata da "ordem social", porém, são apresentadas algumas "exigências concretas", como a "promoção e defesa da vida". Nesse item são classificados como "inaceitáveis", os atentados contra a vida humana, o aborto diretamente provocado, o genocídio, a eutanásia, a tortura e a pena de morte. Também são consideradas inaceitáveis "as situações permanentes de fome, subnutrição, condições infra-humanas de existência e impossibilidade de acesso aos serviços de saúde".

Quanto à "ordem política", a Igreja defende a "cidadania plena e efetiva a todos os brasileiros, direito à informação honesta, liberdade de expressão, liberdade de associação e direito de voto a todas as pessoas capazes. "Finalmente, no que diz respeito à "ordem econômica", o ponto central se refere à "primazia do trabalho sobre o capital". O acesso ao trabalho também é um dos destaques. "Cabe aos poderes públicos a obrigação de empenhar-se para conseguir o pleno emprego".

CORREIO BRAZILIENSE

22 DEZ 1986

ANC 88
Pasta Dezembro/86
085